

ENTREVISTA — LUÍSA MILITÃO — a mais jovem juíza federal do país

“Nesse momento tive a certeza que ser juíza era o meu propósito”

Maria Eduarda Lavocat

Luísa Militão é a juíza federal mais jovem a tomar posse no Brasil. Nascida e criada em Inhapim, cidade localizada na região leste de Minas Gerais, ela conta sempre ter tido facilidade nos estudos. Aos 16 anos, deixou sua cidade natal para cursar o ensino médio no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa, conhecido como Cap-Colônia.

Concluído o ensino médio, decidiu permanecer em Viçosa e ingressou no curso de direito da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sendo aprovada aos 17 anos. Durante a graduação, já tinha clareza de que seu caminho seria a magistratura.

Após se formar, aos 21 anos, ela iniciou a preparação para concursos públicos. Foi aprovada para o cargo de promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia e também para a Defensoria Pública de Minas Gerais, até conquistar a tão almejada aprovação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e tomar posse aos 25 anos.

Para conhecer mais sobre a trajetória inspiradora da jovem juíza, o Direito & Justiça realizou uma entrevista exclusiva com a magistrada. Confira a seguir.

Quando você decidiu cursar direito? Por que tomou essa decisão?

A decisão de cursar direito foi tomada ainda na infância. Tenho uma prima que foi aprovada no concurso da Procuradoria-Geral Federal, e mesmo sendo criança na época, eu lembro o quanto isso foi comemorado pela família. Desde então, tive certeza de que queria seguir essa carreira. Além disso, tenho alguns tios-avôs que são da área jurídica e me influenciaram também.

Como foi seu período acadêmico?

Minha época de faculdade foi extremamente feliz e marcante. A partir do segundo ano, tive plena certeza de que havia feito as escolhas certas. Sempre fui uma aluna muito aplicada e responsável, me dedicava intensamente aos estudos. Esse comprometimento fez com que minha experiência universitária fosse profundamente gratificante. Além do desempenho em sala de aula, participei ativamente de iniciativas extracurriculares. Fiz parte da empresa júnior, desenvolvi projetos de pesquisa com

Samuel Figueira



financiamento do CNPq e realizei estágios, inclusive, na Justiça Federal.

O que te motivou a seguir a carreira na magistratura? Houve algum momento decisivo que te fez ter certeza de que queria ser juíza?

Sempre tive o desejo de me tornar magistrada. Após a graduação, por medo de não conseguir aprovação para juíza, optei por prestar concursos de outras carreiras jurídicas com conteúdo semelhante — como Ministério Público e Defensoria Pública — e fui aprovada em ambos. No entanto, quando fui reprovada na sentença criminal do TRF-1, senti um grande vazio. Mesmo já aprovada no MP da Bahia, percebi que, se não retomasse os estudos com foco na magistratura, nunca realizaria meu verdadeiro sonho. Foi nesse momento que tive a certeza de que ser juíza era, de fato, o meu propósito.

Como foi o processo do concurso e o que você destacaria como mais desafiador nessa jornada?

A minha trajetória nos concursos foi leve — e eu reconheço que tive muitos privilégios. Eu não precisava me dedicar

intensamente ao trabalho; advogava o mínimo necessário apenas para cumprir os três anos de prática jurídica exigidos. Tinha uma estrutura familiar que me oferecia apoio financeiro e emocional. Eu estudava das 8h às 18h, sem precisar me preocupar com outras demandas. O mais desafiador, dentro da minha realidade, foi lidar com a incerteza sobre conseguir ou não a aprovação. Convivi constantemente com a dúvida e conciliar esse sentimento de incerteza com atitudes concretas rumo ao meu objetivo foi, para mim, o maior desafio. Para driblar esse desafio realizei muita terapia, meditação e reprogramação mental.

Como estão sendo seus primeiros dias à frente deste cargo?

Os primeiros dias no cargo têm sido muito gratificantes. É claro que existem diversos desafios, o curso de formação está sendo bastante intenso, mas acredito, com convicção, que fiz a escolha certa. Agora, na etapa prática, tive a oportunidade de proferir sentenças, tomar decisões e conduzir audiências, e eu gostei muito de fazer tudo isso. Foi nesse momento que tive a certeza: ser magistrada é realmente a minha vocação, e sei que serei muito feliz nessa carreira.

Ser a juíza mais jovem do Brasil traz mais pressão ou responsabilidade? O que isso representa para você?

Minha idade acaba trazendo visibilidade e, com ela, certa pressão, mas procuro não me apegar a isso. Prefiro focar na minha capacidade e nos valores que me formam. Apesar de alguns duvidarem de uma magistrada de 25 anos, tenho plena consciência da responsabilidade do cargo e conduzo meu trabalho com humildade, serenidade e compromisso. Acredito que a competência não está na idade, mas no preparo, nos valores e na dedicação — e, nesses aspectos, me sinto segura e pronta para cumprir minha missão com firmeza. A maturidade sempre foi uma das minhas características mais marcantes, e recebi muitos elogios por isso ao longo da vida. Até hoje, sou reconhecida pela minha firmeza e senso de responsabilidade. Acredito que tudo isso contribui para que, apesar da minha idade, eu exerça a magistratura com responsabilidade e comprometimento.

Como juíza jovem, você acredita que consegue trazer uma nova visão ou abordagem à magistratura?

Acredito que é, sim, vantajoso termos mentes mais jovens e arejadas na magistratura. No entanto, as pessoas mais experientes também são indispensáveis, pois acumulam não apenas conhecimento técnico e de carreira, mas também vivência e sabedoria de vida. Por isso, é fundamental que a magistratura seja diversificada. Além disso, é importante lembrar que, muitas vezes, pessoas mais velhas também são capazes de trazer ideias novas, iniciativas criativas e abordagens inovadoras.

Qual legado você espera construir ao longo da sua carreira?

O legado que espero construir ao longo da minha carreira é o de ser reconhecida como uma magistrada responsável, técnica, comprometida, educada e sensível — uma profissional verdadeiramente voltada para a efetivação dos direitos humanos. Quero exercer meu papel com profundo respeito às partes, aos advogados e a todos os servidores da Justiça. E, acima de tudo, desejo ser lembrada como uma magistrada serena, que possui a tranquilidade e a firmeza necessárias para o ato de decidir.